



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº55/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/0248 de 31/05/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 30 de agosto de 2023

Horário (de Brasília): 13:00

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Planilha de Formação de Preços da Mão de Obra

Anexo III - Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Anexo IV - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo V - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo VI - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;

Anexo VII - Declaração referente à Logística Reversa;

Anexo VIII - Minuta do Contrato Administrativo.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos e instalações que compõem os sistemas de iluminação, sonorização e vídeo do Teatro e do Cinema do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), localizado na Avenida Rio Branco, 241, Centro, Rio de Janeiro, com alocação de mão de obra para os serviços de operação dos referidos sistemas, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos do Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - As sociedades cooperativas de mão de obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/1971, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, bem assim as condições previstas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021;

2.4 - Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.



2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas:

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, e alterações, e nos artigos 108, 110, 111, e 112, da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17/10/2022, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

2.8.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos atos, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

2.8.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no artigo 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

2.8.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o artigo 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, conforme dispõe o artigo 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.



3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR TOTAL ANUAL, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;



- 5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante
- 5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
- 5.1.6 - Planilhas detalhadas da composição do custo e formação do preço final de cada item, englobando as categorias profissionais que o compõem e o valor total da proposta (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes) de cada categoria profissional e o valor total mensal dos serviços, conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste Edital;
- 5.1.6.1 - A Planilha detalhada da composição do custo e formação do preço final das categorias profissionais (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes) e dos materiais de reposição serão elaboradas conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste Edital;
- 5.1.6.2 - Os salários normativos, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, deverão atender Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 para as categorias profissionais, representadas pelo Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio de Janeiro - SECRASO/RJ, reconhecida pelo Ministério do Trabalho, devidamente homologada, ou a que lhe suceder, na hipótese de inexistência de Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- 5.1.6.3 - Os preços serão apresentados em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilhas de Preços, constante do Anexo II deste edital
- 5.1.7 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;
- 5.1.8 - O preenchimento dos percentuais encontrados na Planilha de Formação de Preços nos termos da legislação pertinente;
- 5.1.9 - O valor da hora extra dos profissionais que compõem o efetivo;
- 5.1.9.1 - Os valores de hora extra não integram as Planilhas de Formação de Preços.
- 5.1.9.2 - A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a memória de cálculo das horas-extras.
- 5.1.10 - Preenchimento das planilhas de modo que as empresas optantes pelo SIMPLES não sejam beneficiadas da condição de optante, havendo de ser desconsiderado o tratamento tributário diferenciado;
- 5.1.11 - Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta.



5.1.12 - O valor da remuneração dos empregados terceirizados, de modo que não seja inferior ao previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ainda, se for o caso, ao fixado pela Administração.

5.1.13 - Os preços dos custos de vale alimentação/refeição e de vale-transporte dos empregados terceirizados.

5.1.13.1 - O pagamento de vale alimentação/refeição e de vale-transporte será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

5.1.14 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.15 - **Prazo de vigência do contrato**: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado na forma autorizada pelo art. 107 da lei nº 14.133/21;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.14 e 5.1.15, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos de habilitação complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do próprio Sistema Compras.gov.br.

5.3.1- O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.4- Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no Compras.gov.br e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.11 - O preço máximo unitário por profissional deverá observar o modelo de planilha constante do Anexo II.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.



7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual do objeto desta licitação (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA - ANEXO II)**, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 200,00 (duzentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o



resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA CONSTANTE DO ANEXO II)** desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados



extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste Edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o MENOR PREÇO TOTAL ANUAL (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA - ANEXO II) observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor preço total não ser aceitável ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.



8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

8.15 - Após a adjudicação do objeto, a autoridade superior homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de



CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.3 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº



123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.9 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.10 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.11 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.12 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.11, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.5.1.1 - Atestado(s) ou Certidão(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m), no mínimo, 1 (um) ano de experiência na execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação, por períodos sucessivos ou não.

9.5.1.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, para a qual a licitante tenha prestado serviços de manutenção de equipamentos de sonorização, iluminação e vídeo, por meio de locação de mão de obra especializada.

9.5.2 - Serão aceitos atestados distintos para a comprovação da qualificação técnico operacional.



9.5.2.1 - Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior será admitido o somatório de atestados, emitidos por pessoa jurídica, que comprovem a prestação de serviços de:

- manutenção em equipamentos de iluminação;
- manutenção em equipamentos de sonorização;
- manutenção em equipamentos de vídeo;

9.5.3 - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

9.5.4 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.5.5 - Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, comprovando registro da licitante para a execução dos serviços objeto da licitação e o seu quadro de responsáveis técnicos.

9.5.6 - Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, 01 (um) profissional de nível superior na área de engenharia elétrica, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente certificado pelo CREA, que comprove a execução de serviços de manutenção em equipamentos de iluminação e sonorização de complexidade similar ou superior aos do objeto do presente pregão.

9.5.7 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

9.5.8 - O registro do licitante no módulo "Qualificação Técnica" do SICAF, nos termos da Instrução Normativa SLTI nº 18 de 23/04/2018, supre a exigência de registro ou inscrição na entidade competente de que trata o inciso I do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1 - Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.6.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa aos últimos 2 (dois) exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.6.3 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.



9.6.4 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 a 9.6.2 deverão comprovar:

9.6.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a1;

9.6.4.1.1 - A comprovação dos índices econômicos pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF ou por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da prestação de serviços objetodeste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.418	33.90.37.06 - Manutenção e conservação de bens móveis

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 - O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento", e no sítio: www.gov.br/compras, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.



12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.5 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.



13.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado o prazo a 10 (dez) anos, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

13.6.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 3 (três) vezes no TRF - 2ª Região, a cada período de vigência do contrato;

13.6.3 - o TRF - 2ª Região tenha interesse na continuidade dos serviços;

13.6.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o TRF - 2ª Região, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

13.6.5 - a Contratada concorde com a prorrogação;

13.6.6 - a vantajosidade econômica para a prorrogação de contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, de que trata o subitem 13.6.4, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

13.6.6.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no edital;

13.6.6.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no edital;

13.6.7 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

13.7 - GARANTIA CONTRATUAL: - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o TRF - 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, no prazo de 1 (um) mês contado da data de homologação do certame e antes da assinatura do contrato, podendo a mesma optar pelas modalidades de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, de acordo com o artigo 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato a ser firmado.

13.7.1 - Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem anterior.

13.7.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.7.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

13.7.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

13.7.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a



execução contratual;

13.7.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

13.7.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.7.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

13.7.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 13.7.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

13.7.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 13.7.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.7.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

13.7.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

13.7.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

13.7.7 - Será considerada extinta a garantia:

13.7.7.1- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.7.7.2 - Com a extinção do contrato.

13.7.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.7.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.7.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

13.7.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.7.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;



13.7.9 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens;

13.7.8.3 e 13.7.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo;

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

13.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09, de 06/12/2005.

13.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital;

13.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

13.10.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) empregado(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

13.11 - O prazo máximo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens

13.9.1 e 13.10.1 será de 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

13.12 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.



13.12.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebida da seguinte forma:

14.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

14.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

14.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 14.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do Edital e seus anexos.

14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

14.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

14.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

14.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.



15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 – O pagamento será efetuado, mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, da seguinte maneira:

15.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada no mesmo prazo, contado do recebimento do documento fiscal, após a certificação do cumprimento da obrigação;

15.1.2 – No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

15.1.3 – Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

15.1.3.1 – Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP;

15.1.3.2 – Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), observadas as hipóteses de desoneração;

15.1.3.3 – Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

15.1.4 – Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

15.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

15.2.1 Comprovante de regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

15.2.2 – Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região;

15.2.2.1 – A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo TRF - 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

15.2.3 – A folha de pagamento e os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;



15.2.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

15.2.5 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

15.2.6 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

15.2.7 - Comprovações de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região, correspondente ao mês do documento fiscal;

15.2.7.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte será feita com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários;

15.2.8 - Comprovações de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

15.2.8.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

15.2.9 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

15.2.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

15.2.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

15.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

15.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

15.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

15.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se



passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

15.6 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

15.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

15.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16- DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

16.1 - A disciplina relativa ao recolhimento dos encargos trabalhistas está prevista no Contrato - Anexo VIII deste Edital.

17 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

17.1 - A disciplina relativa à repactuação e ao reajuste de preços está prevista no Contrato - AnexoVIII deste Edital.

18 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

18.1 - A disciplina relativa à fiscalização do contrato está prevista no Contrato - Anexo VIII desteEdital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo VIII desteEdital.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo VIII desteEdital.

21 - DAS SANÇÕES

21.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada seráresponsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:



- 21.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;
- 21.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;
- 21.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 21.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 21.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 21.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 21.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 21.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 21.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 21.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - 21.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 21.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 21.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12 acima, bem como nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.2.2.
 - 21.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
 - 21.2.4 - Multa:**
 - 21.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item



obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

21.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

21.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

21.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

21.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

21.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

21.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

21.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

21.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

21.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis delictivas e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

21.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

21.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

21.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

22.1 - A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Contrato - Anexo XI deste Edital.

23 - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

23.1 - A disciplina relativa à Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Contrato - Anexo XI deste Edital.

24 - DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

24.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser



rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

24.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90, da Lei nº 14.133/2021.

24.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

24.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

24.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

24.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

24.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

24.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

24.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 25.5.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

24.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2023.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2023/00305

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 - Prestação de serviços especializados em manutenção corretiva de equipamentos e instalações que compõem os sistemas de iluminação, sonorização e vídeo do Teatro e do Cinema do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), localizado na Avenida Rio Branco, 241, Centro, Rio de Janeiro, com alocação de mão de obra para os serviços de operação dos referidos sistemas.

1.2 - Código SIASG: 21032

1.3 - Efetivo de Pessoal: 01 Operador de luz; 01 Técnico de Som e 01 Operador de vídeo

1.4 - Qualificação técnicas dos profissionais:

1.4.1 - Operador de luz:

a) Escolaridade mínima: Nível médio completo;

b) Experiência mínima comprovada de 12 (doze) meses em operação com iluminação cênica (mesa de comando de luz, com protocolo DMX) em espetáculo ou show;

c) Possuir registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho (DRT) como técnico/operador de mesa de luz cênica ou de luz para shows.

1.4.2 - Técnico de som:

a) Escolaridade mínima: Nível médio completo;

b) Experiência mínima comprovada de 12 (doze) meses em operação de mesa de áudio digital, com capacitação de montagem e desmontagem de sistema de som;

c) Possuir registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho (DRT) como operador/técnico de sistema de som, com capacitação em operação de mesa de som com sistema digital.

1.4.3 - Operador de vídeo:

a) Escolaridade mínima: Nível médio completo;

b) Experiência mínima comprovada de 12 (doze) meses em operação com câmeras digitais (filmadoras), em operação de mesa de cortes de vídeo digital;

c) Possuir registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho (DRT) como operador/técnico de equipamentos de vídeo.

1.5 - Descrição dos equipamentos:

Classif. documental

30.01.01.01



TRF2TER202300305A

1.5- EQUIPAMENTOS

1.5.1 - Equipamentos do SISTEMA DE SONORIZAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT.
1	Equalizador Gráfico <i>Ciclotron TGE 2313X</i> – estéreo 30 bandas por canal	03
2	Crossover <i>Bose 802C</i> – estéreo duas vias, comutável para modo <i>Full Range</i>	01
3	Caixa <i>Bose 802</i> - 08 alto-falantes de 5.5 polegadas; impedância 8 Ohms; resposta de frequência 80Hz a 15 kHz; potência de 400 w/rms	04
4	Caixa <i>TAW 12 BR PROEX</i> – resposta de frequência 80 Hz a 16 kHz; impedância 8 Ohms.potência de 600 w/rms	04
5	Amplificador <i>CREST CA-6</i> - estéreo; 300 watts RMS por canal; impedância nominal 8 Ohms, entradas balanceadas	03
6	Microfone <i>Shure Beta 52</i> - cardióide; dinâmico; próprio para instrumentos de percussão graves (bumbo)	01
7	Microfone <i>Shure SM-57</i> – cardióide; dinâmico; próprio para instrumentos de cordas (violão, cavaquinho, banjo) e percussão	10
8	Microfone <i>Shure SM-58</i> – cardióide; dinâmico; próprio para voz e uso geral	10
9	Microfone <i>Shure SM-81</i> - cardióide; eletreto; próprio para percussão, <i>overall</i> , uso geral	03
10	Microfone <i>SenheiserShotGun</i> - hiper cardióide; dinâmico; próprio para gravações em vídeo e <i>overall</i>	02
11	Microfone sem fio-shure – UHF-handheld	05
12	Microfones sem fio – shure UHF	06



13	Caixas de som ativa EV- Eletrovoice	06
14	Mesa digital <i>Yamaha</i> TF5 de 32 canais	02
15	<i>Sub woofer</i> – 600w	03
16	Mesa digital <i>Yamaha</i> 01V de 32 canais	02
17	Microfone <i>GooseneckShuremod MX412/N</i>	10
18	Monitor ativa Attack MP300	02
19	Monitor ativa Yamaha	06
20	Monitor Ativo Behringer	10
21	Monitor Ativo NCA	04
22	Mesa de som BehringerMod 1622	02
23	Conversor digital- Behringer PRO8 ADA 8000	04
24	Caixa ciclotron multiuso Ativa	01

1.5.2 – Equipamentos do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	Refletor de plano convexo com: <i>bandor</i> , garra e <i>porta-gel</i>	30
2	Máquina de fumaça dmx, <i>fog 3000</i>	01
3	Mesa de iluminação <i>Avolites</i> Perola – dmx 512 controla 2048 canais – controle <i>movie</i>	02



4	Refletores Pares 64 -modelo <i>Thomas</i> - com lâmpada FFP e FFR – 1000w – marca GE e porta gelatinas correspondentes	20
5	Refletores Elipsoidais — com lâmpada FEP 1000w – marca GE – com facas de corte, porta gobos, íris e porta gelatinas	24
6	Refletores <i>par led 15w 18 lampadas</i>	12
7	Refletores <i>Plano convexo</i> modelo OM 301 – com lâmpada T 19 – 1000w – marca GE – com <i>bandoors</i> de recorte e porta gelatinas	20
8	Modulo de <i>dimmer</i> de multiplexado 12 canais com filtro marca <i>C/-tronics</i>	04
9	Mesa controladora de <i>moving lights pilot 2000 sgm</i>	01
10	<i>Moving lights acme 250-s i-moving</i>	04
11	<i>Dimmer</i> digital para iluminação – C12 <i>Mark II</i> – 12 canais – 5000 W	10

1.5.3 - Equipamentos do SISTEMA DE VÍDEO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	Mesa de corte Roland V4EX	2
2	Câmera Sony HDR 2000	2
3	Projetor Panasonic PT-AE8000	2
4	Projetor Epson X-24 +	4

1.6 - META FÍSICA A SER CONTRATADA:

1.6.1 - A presente contratação visa a operacionalização dos equipamentos c sonorização, iluminação e vídeo nos eventos realizados no CCJF, bem como a manutençã de sistemas de som, luz e vídeo.

1.7 - PRAZO DE VIGÊNCIA:



1.7.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

02. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - Faz-se necessária a contratação desse serviço para operar com equipamentos que compõem o sistema de sonorização, iluminação e vídeo do CCJF visando à realização do objeto finalístico do espaço, qual seja a apresentação de espetáculos, shows musicais, exibição de mostras de filmes, palestras, seminários e demais atividades que requeiram a utilização mecânica de equipamentos de amplificação de voz, iluminação especial e apresentação de vídeos, inclusive a utilização de data show, powerpoint, etc.; bem como manter a integralidade dos equipamentos que demandam cuidados especiais para sua conservação.

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 - Com a manutenção dos equipamentos dos sistemas de iluminação, sonorização e de vídeo do CCJF, será possível a realização de eventos com a utilização desses recursos tecnológicos. A manutenção prevista na contratação dará maior vida útil aos equipamentos e a possibilidade de utilização do parque tecnológico do CCJF para realização de eventos, sem risco de sua interrupção por falha na sua manutenção.

3.2 - A contratação dos técnicos de iluminação, sonorização e de operação com vídeo possibilitará a realização de eventos no teatro, cinema, sala de cursos e demais espaços disponíveis para o desenvolvimento das atividades finais do CCJF.

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 - REGIME DE EXECUÇÃO:

4.1.1- Os técnicos deverão ser formalmente apresentados e permanecer nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal devidamente identificados, através de crachá com foto, bem como trajar-se, de forma condizente com o local, da seguinte forma:

a) CAMISA PÓLO: 100% algodão em malha fio 30, penteado, mangas curtas e cor preta, com a identificação da empresa;

b) CALÇA JEANS TRADICIONAL: 95% de algodão (no mínimo) + elastano, e cor preta;

c) SAPATÊNIS: couro, com cadarço, na cor preta.

4.1.2 - O uniforme acima descrito deverá ser fornecido na quantidade de (duas) peças de cada item no início do contrato e 1 (um) item de cada peça após 6 (seis) meses.

4.1.3 – As exigências descritas no item 4.1.1 poderão ser supridas no caso de empresa fornecer uniformes aos seus funcionários.

4.2 - Os serviços serão prestados de terça-feira a domingo, inclusive feriado obedecida a jornada normal de trabalho de 44 horas semanais. Às terças-feiras e aos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



domingos, o serviço terá duração de 7 (sete) horas diárias e será prestado das 14:00 horas às 22:00 horas; às quartas, quintas, sextas e sábados, o serviço terá duração de 7 (sete) horas e 30 (trinta) minutos e será prestado das 13:30 horas às 22:00 horas, sempre com intervalo de 1 (uma) hora de almoço.

4.3 – O horário de jornada diário, mencionado no item anterior, poderá ser alterado, a critério do Contratante, observada a legislação em vigor.

4.4 - A Contratada deverá, sempre que solicitado, providenciar a reposição do profissional que, porventura, estiver impedido de comparecer ao local da prestação do serviço, de forma a não prejudicar sua execução.

4.5 - A falta de qualquer empregado deverá ser suprida dentro das 3 (três) primeiras horas, a fim de complementar o efetivo discriminado neste Contrato.

4.6 – A Contratada deverá promover a substituição do profissional que não apresente a experiência adequada ou não corresponda ao nível de produção esperado, aferido através de práticas inadequadas na utilização do equipamento ou na falta de urbanidade no tratamento com a equipe, servidores, prestadores de serviços ou produtores dos eventos autorizados pela administração a utilizarem o espaço da Contratante.

4.7 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.7.1 - A contratada deverá adotar procedimentos de forma a minimizar os impactos ambientais adversos gerados na execução dos serviços contratados como a redução da utilização de matérias-primas e diminuição do descarte de resíduos na natureza;

4.7.2 - Empregar produtos de limpeza e de conservação em respeito às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa;

4.7.3 - Dar preferência aos produtos de baixo impacto ambiental, que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade;

4.7.4 - Dar preferência para produtos reciclados e recicláveis;

4.7.5 - Considerar a toxicidade de materiais e produtos, a matéria prima renovável, a eficiência energética e a redução de emissões de gases na manutenção dos equipamentos;

4.7.6 - Estabelecer margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, em observância à Lei nº 12.349/2010;

4.7.7 - Observar as normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais empregados;

4.7.8 - A Contratada deverá observar as normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, bem como priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais e tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;

4.7.9 - Todos os empregados deverão utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) na execução de serviços que requeiram cuidados especiais de proteção



TRF2TER202300305A

4.7.10 - Quando da substituição de componentes dos equipamentos, Contratada deverá restituir os resíduos sólidos (descartes) ao setor empresarial (logística reversa), para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada, nos termos do art. 3º, XII, da Lei 12.305/2011 (Política Nacional de Resíduos Sólidos -PNRS).

4.8 - A Contratada deverá preencher uma declaração (em anexo), na qual informa que adotará LOGÍSTICA REVERSA na substituição de peças e componentes eletrônicos na manutenção dos equipamentos dos sistemas de iluminação, de sonorização e de vídeo do CCJF.

05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 - Garantir a realização dos eventos e demais atividades do CCJF, que requeiram a utilização desses equipamentos, bem como manter em perfeito estado todo sistema de sonorização, iluminação e vídeo.

06. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 - MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS SISTEMAS:

6.1.1 - A Contratada, inicialmente, deverá efetuar uma revisão geral nos sistemas, ficando a seu cargo a elaboração de relatório minucioso sobre as condições gerais dos mesmos, informando sobre irregularidades encontradas, bem como proposta para sua recuperação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

6.1.2 - Entende-se como recuperação, a substituição de equipamentos e/ou materiais relativos às instalações (fiação, refletores/alto-falantes, atenuadores de volume etc), que venham a apresentar defeitos técnicos;

6.1.3 - Quando do encaminhamento da fatura pelos serviços prestados, Contratada deverá apresentar relatório mensal, informando sobre as condições gerais dos equipamentos e das instalações, devendo nele constar quaisquer irregularidades existentes, bem como sugestões para a melhoria do sistema, não sendo ser considerada sua apresentação exigência para reter o pagamento do documento fiscal;

6.1.4 - A Contratada deverá fornecer e instalar as peças de reposição necessárias à recuperação dos sistemas de áudio, iluminação e vídeo, para o perfeito funcionamento dos sistemas relacionados na Cláusula Terceira, na forma discriminada no Anexo I;

6.1.5 - Os materiais (peças) fornecidos pela Contratada para a recuperação com quaisquer equipamentos relacionados neste contrato e que forem efetivamente substituídos serão cobrados da Contratante no momento da apresentação do documento de cobrança mensal pelos serviços prestados.

6.2 - No mês em que não houver substituição de peças, a Contratante deverá apenas cobrar os valores referentes à alocação de mão de obra.

6.3 – Em caso de defeito de qualquer equipamento relacionado neste Contrato a Contratada fica obrigada a substituir, imediatamente, o equipamento defeituoso por outro igual ou similar, pelo período máximo de 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



ficando a Contratada obrigada, nesse período, a providenciar a reposição das peças defeituosas relacionadas no Anexo I.

6.3.1 - Não sendo o defeito relacionado a peças discriminadas no Anexo I, contratante deverá providenciar a reposição da peça defeituosa, desobrigando a Contratada a manter equipamento igual ou similar nas dependências do CCJF, passados os 60 (sessenta) dias, da data da substituição do equipamento defeituoso.

6.4 – A Contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

6.5 – Caberá à Contratada efetuar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com base na Lei nº 6.496, de 7.12.77, bem como providenciar, junto ao CREA, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), recolhendo respectiva taxa. O responsável técnico constante da referida ART deverá acompanhar os serviços, na medida necessária à garantia da qualidade e ao cumprimento do prazo contratual.

6.5.1 - A Anotação de Responsabilidade Técnica, mencionada no item anterior, deverá ser apresentada em até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato;

6.5.2 – Caso seja necessária a substituição do responsável técnico, durante a vigência do Contrato, a Contratada deverá comunicar imediatamente o fato ao Contratante por escrito, bem como providenciar a apresentação de nova ART;

6.6 - A Contratada utilizará mão de obra qualificada e técnicos reconhecidos pelo Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio de Janeiro – SECRASO/RJ e/ou da Federação dos Trabalhadores em Empresa de Difusão Cultural e Artística no Estado do Rio de Janeiro, com capacidade para operar os equipamentos de som, luz e vídeo, existentes no teatro e no cinema do CCJF.

6.6.1 - O salário dos técnicos residentes deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo SECRASO/RJ na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, para a jornada de 44 horas semanais, no caso da categoria de Operador de Vídeo, não contemplada pela referida CCT, aplica-se o valor atribuído ao Técnico de Som, considerando o grau de complexidade técnica de seus serviços.

6.7 - A Contratada realizará o pagamento de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos serviços realizados, através de conta-salário, devendo comprovar os valores depositados quanto ao encaminhamento do documento de cobrança.

6.8 – A Contratada deverá informar imediatamente ao Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias.

6.9 – A Contratada é responsável por qualquer acidente de trabalho, na execução dos serviços contratados, ainda que resultante de fortuito e por qualquer causa, ainda que ocorridos na via pública, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a seus empregados ou a terceiros, em decorrência da execução do presente Contrato.



6.10 – A Contratada responde perante o Contratante pelas condutas e pelos atos praticados por seus empregados nas dependências do mesmo.

6.11 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, estão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, e em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

6.12 - A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, durante e em decorrência da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

6.13- Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

6.14 – A Contratada fica obrigada a indenizar o Contratante ou terceiros, pelos prejuízos causados pela não realização de um espetáculo, em decorrência da falta ou atraso de qualquer técnico residente ou pela não substituição de material defeituoso necessário à realização do evento, que por força deste Contrato, era obrigada a fornecer em tempo hábil.

6.15 – A Contratada deverá obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos em lei.

6.16 – A Contratada deverá observar as leis, regulamentos e posturas municipais, editais e portarias referentes ao serviço e à segurança do público, obedecendo a melhor técnica vigente e enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos do CREA local.

6.17 - A Contratada fornecerá vales-transporte, em quantidade necessária para o deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.414/76, de 16/12/85 e Decreto nº 95.247, de 17/11/87), ressaltando que os vales-transporte deverão atender integralmente às necessidades do empregado.

6.17.1 – A Contratada se obriga a fornecer os vales-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

6.17.2 - Poderá ser utilizado o Bilhete Único (Leis nº 5.628/2009, 5.211/2010, 7.506/2016, 7.605/2017 e 8.297/2019), desde que atenda às necessidades do empregado.

6.18 - A Contratada fica obrigada a conceder auxílio alimentação ou refeição, no primeiro dia útil do mês de sua utilização, seja em forma de crédito em cartão magnético ou em pecúnia, por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



6.18.1 – O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pela convenção coletiva de trabalho ou valor definido pelo SECRASO/RJ.

6.19 - Serviços a serem realizados fora do horário normal de expediente (horários extraordinários) devem ser previamente comunicados ao Contratante, que poderá autorizar ou não a sua execução, em face da necessidade da verificação de prioridades e interesses da Administração.

6.20 - Em caso de falha na manutenção que ocasione dano a algum equipamento, a Contratada deverá arcar com as despesas decorrentes da recuperação do equipamento.

6.21 - O controle da frequência e dos horários de entrada e saída dos empregados será efetuado pelo Contratante, sem prejuízo do controle de frequência a ser realizado pela Contratada.

6.22 – O Contratante observará e cumprirá a melhor técnica para todos os serviços executados, orientando-se pelas normas técnicas da ABNT, rotinas do fabricante, Portarias, Resoluções do Ministério da Saúde, CONFEA, CREA e outras entidades de portuário significativo.

6.23 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, DE 11/05/2012.

6.24 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato com prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros e juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

6.24.1 – A comprovação será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços.

6.25 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupante de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

6.25.1 – A comprovação feita mediante declaração da Contratada.

6.26 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, CONTRATADA que:

6.26.1 - apresentar documentação falsa;



TRF2TER202300305A

6.26.2 - fraudar a execução do contrato;

6.26.3 - comportar-se de modo inidôneo;

6.26.4 - cometer fraude fiscal; ou

6.26.5 - fizer declaração falsa.

6.27 - Para os fins do item anterior, reputar-se-ão inidôneos atos tais como c descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

6.28 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, c 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha r execução do contrato ou de inexecução total ou parcial do objeto, garantida a ampla defes a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multa definidas nos itens “6.26.1”, “6.26.3” e “6.26.4” abaixo, com as seguintes penalidades:

6.28.1 - advertência;

6.28.2 - multa;

6.28.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento c contratar com a administração do Tribunal Regional Federal da 2º Região (TRF2), por praz não superior a dois anos;

6.28.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou a que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidad que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízo resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

6.28.5 - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento r SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV c art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

6.29 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte p cento) do valor do contrato.

6.30 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta p cento) do valor do contrato.

6.31 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais c Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso nã sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% E 0,5' do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo c 2% se descumprido mais de um item obrigatório concomitantemente.

6.32 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas CONTRATADA.



6.33 - Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação oficial.

6.34 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.35 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

6.36 - **GARANTIA CONTRATUAL:**

6.3.1 - Para assegurar o cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada prestará garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93.

6.3.2 - A Contratada se obriga a apresentar garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do contrato, mantê-la válida e atualizada.

07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - CRITÉRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária de depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendário em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

7.1.2 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.1.3 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 7.1.1, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado;

7.1.4 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.1.4.1 - Documento de cobrança com as seguintes informações: descrição do serviço; competência da nota; número do contrato e destaques tributários;

7.1.4.2 - Planilha de medição, contendo as seguintes informações: nome completo dos empregados, funções exercidas, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas e coberturas, referente à competência do mês e prestação dos serviços;



7.1.4.3 - Cópia da folha de pagamento dos empregados, rubricada pelo representante legal da empresa, referente ao mês da competência da prestação dos serviços;

7.1.4.4 - Cópia do comprovante de pagamento dos salários e demais benefício referente ao mês da competência da prestação dos serviços;

7.1.4.5 - Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, referente ao mês anterior à competência da prestação dos serviços;

7.1.4.6 - Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, referente ao mês anterior à competência da prestação dos serviços;

7.1.4.7 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP), referente ao mês anterior da competência da prestação dos serviços;

7.1.4.8 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFII referente ao mês anterior da competência da prestação dos serviços;

7.1.4.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

7.1.5.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato com o trabalhador;

7.1.5.11 - Cópia da Folha de ponto dos empregados, referente ao mês da competência da prestação dos serviços;

7.1.5.12 - Comprovante de fornecimento de vale-transporte aos empregados de acordo com os dias efetivamente trabalhados, com comprovante da recarga do mesmo pela empresa, referente ao mês da competência da prestação dos serviços;

7.1.5.13 - Comprovante de pagamento do auxílio alimentação aos empregados com comprovante da recarga do mesmo pela empresa, referente ao mês da competência da prestação dos serviços;

7.1.5.14 - Cópias da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – CND, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRL) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) válidas, podendo ser substituídas parcialmente pela Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF;

7.1.5.15 - Relatório técnico mensal sobre as condições gerais dos equipamentos e das instalações;

7.1.5.16 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento de cobrança, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato;



7.2 - Considera-se como data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.3 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento de cobrança.

7.4 - A Contratada deverá manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente prevista, conforme Acórdão 964/2012 - Plenário/TCU.

7.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.5 - O documento de cobrança que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 7.1.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e da reapresentação.

7.6 - No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados a base de 1/30 (1 trinta avos) por dia, do valor mensal.

08. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - O critério de seleção será o de menor preço ofertado, através de prego eletrônico.

09. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O REAJUSTAMENTO DO PREÇO

9.1.1 - É admitida repactuação dos preços deste Contrato, desde que se observado o interregno mínimo de 01 (um) ano;

9.1.1.1 – O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

a) Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

a.2) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.



a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

b.1) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

c) Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 01 (um) ano previsto na alínea "b".

e) Quando o interregno mínimo de 01 (um) ano previsto na alínea "d" não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

9.1.2. Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação à Contratada, e acompanhados de:

9.1.2.1 - no caso das repactuações:

a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços no mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei que fundamentam o pedido de repactuação;

c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

9.1.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

9.1.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

9.1.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

9.1.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:



9.1.5.1 - no caso de reajustes, a partir da implementação do direito c Contratada, conforme fixado no Contrato, tendo por referência a data limite c apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conform estabelecido no Contrato;

9.1.5.2 - no caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo c convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido c repactuação.

9.1.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeito financeiros 01 (um) ano a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

9.1.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

9.1.8 - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no subitem 9.1.2.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - Há previsão orçamentária aprovada para o exercício, pois trata-se c serviço continuado que dará continuidade a serviço existente.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração pode aplicar multas. A falha na execução do Contrato estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na Tabela abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 1.

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R\$)
1	100,00
2	200,00
3	300,00
4	400,00

TABELA 2



TRF2TER202300305A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado no serviço não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado.	1	Por empregado e por dia
2	Não efetuar o pagamento do salário até o quinto dia útil subsequente ao mês trabalhado	1	Por empregado e por dia
3	Manter empregado sem qualificação para execução dos serviços.	2	Por empregado e por dia
4	Executar o serviço com desleixo e negligência, ou deixar de providenciar às solicitações requeridas, prevista em contrato.	2	Por ocorrência
5	Não efetuar conserto em equipamento após trinta dias corridos da comunicação de reparo necessário.	3	Por ocorrência
6	Danificar equipamentos com culpa ou dolo por ato de seus empregados.	4	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato.	3	Por ocorrência
8	Retirar do Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do mesmo.	2	Por item e por ocorrência
9	Retirar empregados escalados em serviço no Contratante, durante o expediente.	3	Por empregado e por dia
10	Deixar de cumprir o objeto do Contrato com assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
11	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia



12	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	4	Por empregado e por dia
13	Deixar de comunicar a fruição de férias de funcionário e demais afastamentos e de informar a cobertura do posto em até 48 horas.	1	Por empregado e por dia
14	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause lesão corporal ou consequências letais.	4	Por ocorrência
15	Deixar de entregar o uniforme dos empregados, na forma e prazo estabelecidos no presente contrato.	1	Por empregado e por dia
16	Proceder à alteração do quadro de funcionários sem comunicar tal fato à Contratante.	1	Por empregado e por dia
17	Não substituir peças defeituosas no prazo de 90 (noventa) dias.	1	Por ocorrência e por dia
18	Não ter substituído equipamento defeituoso, tendo causando prejuízo/transtorno ao Contratante.	2	Por ocorrência e por dia
19	Atrasar o pagamento de salários no prazo previsto em contrato.	1	Por empregado e por dia
20	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	1	Por item e por ocorrência
21	Deixar de encaminhar profissional qualificado para cobrir empregado que não compareceu ao serviço dentro das três primeiras horas do início do expediente previsto no contrato.	3	Por empregado e por dia
22	Deixar de adotar a logística reversa quando da substituição de peças e componentes eletrônicos.	4	Por ocorrência

12. ANÁLISE DE RISCOS:



12.1 - RISCO 1 - Atraso ou suspensão no processo licitatório em face c impugnações.

Probabilidade: ALTA

Impacto: ALTO

Dano 1: Atraso na contratação e consequente surgimento de defeitos no equipamentos por falta de manutenção, além da impossibilidade de realização de eventos culturais, jurídicos e artísticos no teatro e no cinema do CCJF.

Ação preventiva:

- a) Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos;
- b) Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle;
- c) Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares;
- d) Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.

Responsável: Setor responsável pelo serviço

Ação de contingência:

- a) Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais;
- b) Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.

Responsável: Direção Administrativa e Administração do TRF.

12.2 - RISCO 2: Especificação Insuficiente para os serviços

Probabilidade: BAIXA

Impacto: ALTO

DANO 2: Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.

Ação Preventiva:

- a) Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas;

Responsável: Setor responsável pelo serviço.

Ação de contingência:



a) Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.

Setor responsável: Fiscal do contrato.

PRO BABI LIDA DE DE O COR RÊN CIA	ALTA		Risco 1
	MÉDIA		
	BAIXA		Risco 02
		BAIXA	MÉDIA
			ALTA

GRAVIDADE /IMPACTO

13. ANEXOS:

TRF2-ANE-2023/00002 - PEÇAS QUE COMPÕEM OS SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO ILUMINAÇÃO E VÍDEO DO CCJF

TRF2-ANE-2023/00003 - UNIFORMES

TRF2-CAP-2023/00277 - CCT 2022/2023 - SECRASO

TRF2-CAP-2023/02833 - DECLARAÇÃO LOGÍSTICA REVERSA

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2023.

- assinado eletronicamente -

FRANCISCO ANTÔNIO VIEIRA CORDEIRO
Diretor(a) de Divisão
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO



ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2023/096
Anexo II A - PLANILHAS DE MÃO DE OBRA

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: OPERADOR DE LUZ			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 4.324,00	
B	Horas em dobro (trabalho em feriados)	R\$ 263,70	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 4.587,70	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$	
A	Transporte	R\$ 168,06	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 594,00	
C	Outros	R\$ 0,00	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 762,06	
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos		VALOR R\$	
A	Uniformes	R\$ 55,31	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 22,19	
C	EPI	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 77,50	
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 917,54
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 68,82
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 45,88
D	INCRA	0,20%	R\$ 9,18
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 114,69
F	FGTS	8,00%	R\$ 367,02
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 91,75
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 27,53
TOTAL		35,80%	R\$ 1.642,40
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 417,02
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 139,01
Subtotal		12,12%	R\$ 556,03
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 199,06
TOTAL		16,46%	R\$ 755,09
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 1,38
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,49
TOTAL		0,04%	R\$ 1,87
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 19,13
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,38
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,69
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 89,18

E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,69%	R\$ 31,93
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,46
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 200,02
TOTAL		7,47%	R\$ 342,79
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 417,02
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 76,16
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,92
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 37,62
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,38
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 533,09
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 190,85
TOTAL		15,78%	R\$ 723,94
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.642,40
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 755,09
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,87
4.4	Custo de rescisão	7,47%	R\$ 342,79
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 723,94
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,55%	R\$ 3.466,08
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 8.893,34
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 444,67
B	Lucro	6,79%	R\$ 634,05
C	Tributos		R\$ 9.972,06
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 11.629,22
	C1. PIS	1,65%	R\$ 191,88
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 883,82
	C3. ISS	5,00%	R\$ 581,46
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.657,16
TOTAL			R\$ 2.735,88
TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – OPERADOR DE LUZ			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 4.587,70
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 762,06
III – Insumos diversos			R\$ 77,50
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 3.466,08
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 8.893,34
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 2.735,88
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 11.629,22

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: TÉCNICO DE SOM			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 4.900,50	
B	Horas em dobro (trabalho em feriados)	R\$ 298,86	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 5.199,36	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 133,47	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 594,00	
C	Outros	R\$ 0,00	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 727,47
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 55,31	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 48,75	
C	EPI	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 104,06
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 1.039,87
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 77,99
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 51,99
D	INCRA	0,20%	R\$ 10,40
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 129,98
F	FGTS	8,00%	R\$ 415,95
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 103,99
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 31,20
TOTAL		35,80%	R\$ 1.861,37
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 472,62
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 157,54
Subtotal		12,12%	R\$ 630,16
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 225,60
TOTAL		16,46%	R\$ 855,76
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 1,56
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,56
TOTAL		0,04%	R\$ 2,12
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 21,68
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,56
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,78
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 101,08
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,69%	R\$ 36,19
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,52
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 226,69
TOTAL		7,47%	R\$ 388,49
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$

A	Férias	9,09%	R\$ 472,62
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 86,31
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 1,04
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 42,63
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,56
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 604,17
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 216,29
TOTAL		15,78%	R\$ 820,46
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.861,37
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 855,76
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 2,12
4.4	Custo de rescisão	7,47%	R\$ 388,49
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 820,46
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,55%	R\$ 3.928,20
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 9.959,09
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 497,95
B	Lucro	6,79%	R\$ 710,03
C	Tributos		R\$ 11.167,08
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 13.022,83
	C1. PIS	1,65%	R\$ 214,88
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 989,74
	C3. ISS	5,00%	R\$ 651,14
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.855,75
TOTAL			R\$ 3.063,74
TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – TÉCNICO DE SOM			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 5.199,36
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 727,47
III – Insumos diversos			R\$ 104,06
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 3.928,20
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 9.959,09
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 3.063,74
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 13.022,83

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: OPERADOR DE VÍDEO			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 4.900,50	
B	Horas em dobro (trabalho em feriados)	R\$ 298,86	
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 5.199,36	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 133,47	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 594,00	
C	Outros	R\$ 0,00	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 727,47
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 55,31	
B	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 25,81	
C	EPI	R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 81,12
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 1.039,87
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 77,99
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 51,99
D	INCRA	0,20%	R\$ 10,40
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 129,98
F	FGTS	8,00%	R\$ 415,95
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 103,99
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 31,20
TOTAL		35,80%	R\$ 1.861,37
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 472,62
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 157,54
Subtotal		12,12%	R\$ 630,16
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34%	R\$ 225,60
TOTAL		16,46%	R\$ 855,76
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 1,56
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,56
TOTAL		0,04%	R\$ 2,12
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 21,68
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,56
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,78
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 101,08
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,69%	R\$ 36,19
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,52
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 226,69
TOTAL		7,47%	R\$ 388,49
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$

A	Férias	9,09%	R\$ 472,62
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 86,31
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 1,04
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 42,63
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,56
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 604,17
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 216,29
TOTAL		15,78%	R\$ 820,46
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.861,37
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 855,76
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 2,12
4.4	Custo de rescisão	7,47%	R\$ 388,49
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 820,46
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,55%	R\$ 3.928,20
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 9.936,15
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 496,81
B	Lucro	6,79%	R\$ 708,40
C	Tributos		R\$ 11.141,36
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 12.992,83
	C1. PIS	1,65%	R\$ 214,38
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 987,46
	C3. ISS	5,00%	R\$ 649,64
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.851,48
TOTAL			R\$ 3.056,68
TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – OPERADOR DE VÍDEO			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			R\$ 5.199,36
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 727,47
III – Insumos diversos			R\$ 81,12
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 3.928,20
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 9.936,15
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 3.056,68
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 12.992,83

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

Anexo II B - EQUIPAMENTOS DE REPOSIÇÃO

1 - SISTEMA DE SONORIZAÇÃO

Item	Descrição do Equipamento	Peças - Defeito	Previsão de Substituição Anual	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Caixa de som subwoof 600w Ciclotron	Placa de alimentação	2	400,00	800,00
		alto-falante	2	264,00	528,00
		Placa de áudio	1	638,00	638,00
2	Crossover Bose 802C – 2 vias estéreo	Fonte de alimentação	1	377,00	377,00
3	Caixa Bose 802	Altos falante	2	366,97	733,94
4	Caixa TAW 12 BR PROEX	Alto falante	2	207,63	415,26
		Circuito de frequências	2	217,33	434,66
5	Amplificador CREST CA-6	Fonte de alimentação	1	231,33	231,33
		Circuito de integrado	2	211,00	422,00
6	Microfone Shure Beta 52	Cápsula de microfone	2	556,97	1.113,94
		Globo cabeça	2	90,33	180,66
7	Microfone Shure SM-57	Cápsula de microfone	2	511,00	1.022,00
8	Microfone Shure SM-58	Cápsula de microfone	2	488,00	976,00
9	Microfone Shure SM-81	Cápsula de microfone	2	4.032,00	8.064,00
10	Microfone sem fio-shure	Cápsula de microfone	2	3.283,50	6.567,00
11	Microfones sem fio – shure UHF	Cápsula de microfone	2	1.472,50	2.945,00
		Fonte de alimentação	1	215,00	215,00
12	Caixas de som ativa EV- Eletronvoice	Alto falante	2	3.968,00	7.936,00
13	Mesa digital Yamaha TF5 de 32 canais	Fader de mesa de som	1	740,50	740,50

14	Microfone Gooseneck Shure mod MX412/N	Cápsula de microfone	4	1.396,00	5.584,00
15	Monitor ativa Yamaha	Alto falante	2	321,50	643,00
		Circuito integrado	2	277,50	555,00
16	Monitor Ativo Behringer	Alto falante	2	370,50	741,00
		Circuito integrado	2	350,00	700,00
17	Monitor Ativo NCA	Alto falante	2	286,00	572,00
		Circuito integrado	2	277,50	555,00
18	Mesa de som Behringer Mod 1622	Fader de volume	2	490,50	981,00
		Fonte de alimentação	1	209,75	209,75
19	Conversor digital- Behringer PRO8 ADA 8000	Circuito integrado	1	349,62	349,62
20	Caixa ciclotron Multiuso Ativa	Alto Falante	2	337,00	674,00
		Potenciômetro	2	208,00	416,00
VALOR TOTAL					46.320,66

2 - SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Item	Descrição do Equipamento	Peças - Defeito	Previsão de Substituição Anual	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Refletor de plano convexo	carrinho regulador de foco	2	83,00	166,00
2	Maquina de fumaça haze 1500 watts	Bomba de sucção	1	349,99	349,99
		Motor	1	275,00	275,00
		Placa mãe	1	270,00	270,00
3	Mesa de iluminação Avolites Perola	Painel	1	2.793,26	2.793,26
		Fader	1	124,00	124,00
		Placa principal	1	736,50	736,50
4	Refletor <i>par led 15w 18 lampadas</i>	Placa principal	1	196,00	196,00
5	Modulo de <i>dimmer</i> demultiplexado 12 canais com filtro marca <i>CI-tronics</i>	Placa principal	1	314,50	314,50
		Painel de Led	1	528,50	528,50
		Fonte de alimentação	1	507,00	507,00
VALOR TOTAL					6.260,75

3 - SISTEMA DE VÍDEO

Item	Descrição do Equipamento	Peças - Defeito	Previsão de Substituição Anual	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Mesa de corte Roland V4EX	Placa princial	1	3.850,00	3.850,00
		Conectores de entrada e saída	1	389,50	389,50
2	Câmera Sony HDR 2000	Lente	1	649,50	649,50
		Botões de configuração	1	549,50	549,50
		Anéis reguladores	1	475,00	475,00
		Leitor de cartão	1	649,50	649,50
		Placa principal	1	825,00	825,00
3	Projektor Panasonic PT-AE8000	Lâmpada	1	1.294,50	1.294,50
4	Projektor Epson Home Cinema 2150	Lâmpada	1	1.139,50	1.139,50
4	Projektor Epson X-24 +	Lâmpada	2	509,50	1.019,00
VALOR TOTAL					10.841,00

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

ANEXO II C - PLANILHA TOTALIZADORA

A - MÃO DE OBRA

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)		
			UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
1	OPERADOR DE LUZ	1	11.629,22	11.629,22	R\$ 139.550,64
2	TÉCNICO DE SOM	1	13.022,83	13.022,83	R\$ 156.273,96
3	OPERADOR DE VÍDEO	1	12.992,83	12.992,83	R\$ 155.913,96
	TOTAL	3			
	VALOR TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA —>			37.644,88	
	PRAZO DE VIGÊNCIA (12 MESES) —>			<i>Multiplicar por 12</i>	
	ANEXO II A - VALOR TOTAL ANUAL - MÃO DE OBRA —>			451.738,56	451.738,56

B - EQUIPAMENTOS DE REPOSIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL ANUAL
1	EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO	46.320,66
2	EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO	6.260,75
3	EQUIPAMENTOS DE VÍDEO	10.841,00
	VALOR TOTAL ANUAL - EQUIPAMENTOS DE REPOSIÇÃO	63.422,41
	ANEXO II C - VALOR GLOBAL ANUAL -	
	515.160,97	

3 – CONDIÇÕES GERAIS:

- 3.1 - Os valores referentes às horas extras não integram a planilha totalizadora do preço da mão de obra.
- 3.2 – A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.
- 3.3 A remuneração mínima deverá corresponder ao salário normativo da Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato representativo de cada categoria profissional (Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio de Janeiro - SECRASO/RJ), vigente na data prevista para a abertura desta licitação.
- 3.4 - Utilizar a base de cálculo indicada pela IN 05/2017 MPDG, para os percentuais utilizados para Despesas Administrativas e Lucro:
- 3.4.1 - Percentual do Lucro = Lucro/ (Pessoal+Encargos+Insumos+Despesas Administrativas e Operacionais);
- 3.4.2 - Percentual de Despesas Administrativas e Operacionais = Despesas Adm e Operacionais / (Pessoal+Encargos+Insumos);
- 3.5 – Visando à conferência da planilha pelo setor de Contabilidade de TRF2, anexar:
- 3.5.1 - Cópia da GFIP, onde conste o código do FPAS e o percentual do SAT/RAT;
- 3.5.2 - Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho atualizados;
- 3.5.3 - Memória de Cálculo do Vale Transporte;
- 3.5.4 - Memória de Cálculo do Auxílio Alimentação.
- 3.6 - No preenchimento das planilhas as empresas **optantes pelo SIMPLES** não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de
benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

_____ **DECLARA**, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

_____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/096

EU, _____, representante legal da empresa _____, vencedora do Pregão Eletrônico 055/2023, para a prestação dos serviços de manutenção dos equipamentos de sonorização, de iluminação e de vídeo do Centro Cultural Justiça Federal, vinculado ao TRF da 2ª Região, DECLARO que adotarei a política da LOGÍSTICA REVERSA na substituição de peças e demais componentes eletrônicos dos equipamentos do Centro Cultural Justiça Federal, nos termos do art. 3º, XII, da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS).

Rio de Janeiro, ____ de _____ 2023.

Representante legal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES QUE COMPÕEM OS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO E VÍDEO DO TEATRO E CINEMA DO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL - CCJF, COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____

Processo Adm. Digital TRF2-EOF-2023/00096

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor-Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00096, em consequência do Pregão Eletrônico nº 055/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2023, através do despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços especializados em manutenção corretiva para os equipamentos e instalações que compõem os sistemas de iluminação, sonorização e vídeo do Teatro e do Cinema do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, com alocação de mão de obra*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2023/_____ – Empresa contratada (ng) **MINUTA**

Pág. 1



TRF2CAP202319288

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em manutenção corretiva para os equipamentos e instalações que compõem os sistemas de iluminação, sonorização e vídeo do Teatro e Cinema do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, localizado na avenida Rio Branco, 241, Centro, nesta cidade, com alocação de mão de obra para os referidos serviços, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 055/2023 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO EFETIVO DE PESSOAL:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	OPERADOR DE VÍDEO	01
02	TÉCNICO DE SOM	01
03	OPERADOR DE LUZ	01

2.1 - DAS QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PROFISSIONAIS:

2.1.1 – As qualificações técnicas dos profissionais estão discriminadas detalhadamente no ITEM 1.4 do Termo de Referência TRF2-TER-2023/00305 – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA: DA DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

3.1 – Os equipamentos que compõem os sistemas de iluminação, sonorização e vídeo estão detalhadamente descritos no ITEM 1.5 do Termo de Referência TRF2-TER-2023/00305 – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

4.1 - Os técnicos deverão ser formalmente apresentados e permanecer nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal devidamente identificados, através de crachá com foto, bem como trajar-se, de forma condizente com o local, da seguinte forma:

4.1.1 - Camisa pólo: 100% algodão em malha fio 30, penteado, mangas curtas na cor preta, com a identificação da empresa;

4.1.2 - Calça jeans tradicional: 95% de algodão (no mínimo) + elastano, na cor preta;

4.1.3 - Sapatênis: couro, com cadarço, na cor preta.



4.1.4 - O uniforme descrito nos itens anteriores deverá ser fornecido pela Contratada na quantidade de 02 (*duas*) peças de cada item no início do Contrato e 01 (*um*) item de cada peça a cada 06 (*seis*) meses.

4.1.5 - A exigência descrita nos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 poderá ser suprida no caso de a Contratada fornecer uniformes para seus profissionais.

4.2 - Os serviços serão prestados de terça-feira a domingo, inclusive feriados, obedecida a jornada normal de trabalho de 44 (*quarenta e quatro*) horas semanais. Às terças-feiras e aos domingos, o serviço terá duração de 07 (*sete*) horas diárias e será prestado das 14:00 horas às 22:00 horas; às quartas, quintas, sextas e sábados, o serviço terá duração de 07 (*sete*) horas e 30 (*trinta*) minutos e será prestado das 13:30 horas às 22:00 horas, sempre com intervalo de 01 (*uma*) hora, destinado à refeição.

4.2.1 - O horário de jornada diário, mencionado no item anterior, poderá ser alterado, a critério do Contratante, observada a legislação em vigor.

4.3 - A Contratada deverá, sempre que solicitado, providenciar a reposição do profissional que, porventura, estiver impedido de comparecer ao local da prestação do serviço, de forma a não prejudicar sua execução.

4.4 - A falta de qualquer empregado deverá ser suprida dentro das 03 (*três*) primeiras horas, a fim de complementar o efetivo discriminado na Cláusula Segunda deste Contrato, sem ônus adicional para o Contratante.

4.4.1 - Na hipótese de a substituição do empregado faltante não ser providenciada, a ausência será anotada pelo Contratante, que procederá ao desconto do valor correspondente no documento fiscal correspondente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato;

4.5 - A Contratada deverá promover a substituição do profissional que não apresente o perfil desejado ou não corresponda ao nível de produção esperado, aferido através de práticas inadequadas na utilização do equipamento ou falta de urbanidade no tratamento com funcionários, prestadores de serviços ou produtores dos eventos promovidos.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS SISTEMAS:

5.1 - A Contratada, inicialmente, deverá efetuar uma revisão geral nos sistemas, ficando a seu cargo a elaboração de relatório minucioso sobre as condições gerais dos mesmos, informando sobre irregularidades encontradas, bem como propostas para sua recuperação, no prazo de 60 (*sessenta*) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante;

5.1.1 - Entende-se como recuperação, a substituição de equipamentos e/ou materiais relativos às instalações (fiação, refletores/alto-falantes, atenuadores de volume, etc), que venham a apresentar defeitos técnicos.



5.2 - Quando do encaminhamento do documento fiscal referente aos serviços prestados, a Contratada deverá apresentar relatório mensal, informando sobre as condições gerais dos equipamentos e das instalações, devendo constar qualquer irregularidade existente, bem como as sugestões para a melhoria do sistema.

5.3 - A Contratada deverá fornecer as peças de reposição necessárias à recuperação dos sistemas de áudio, iluminação e vídeo para o perfeito funcionamento dos sistemas relacionados na Cláusula Terceira.

5.4 - Os materiais (peças) fornecidos pela Contratada para recuperação de quaisquer equipamentos relacionados na Cláusula Terceira e que forem efetivamente substituídos serão cobrados do Contratante no momento da apresentação do documento de fiscal pelos serviços prestados.

5.4.1 - No mês em que não houver substituição de peças, o Contratante deverá cobrar apenas os valores referentes à alocação de mão de obra.

5.5 - Em caso de defeito de qualquer equipamento relacionado na Cláusula Terceira, a Contratada fica obrigada a substituir, imediatamente, o equipamento defeituoso por outro igual ou similar, pelo período máximo de 60 (*sessenta*) dias, sem ônus para o Contratante, ficando a Contratada obrigada, nesse período, a providenciar a reposição das peças defeituosas mencionadas na Cláusula Terceira deste Contrato.

5.5.1 - Não sendo o defeito relacionado a peças mencionadas na Cláusula Terceira deste Contrato, o Contratante providenciará a reposição da peça defeituosa, desobrigando a Contratada a manter equipamento igual ou similar nas dependências do CCJF, passados os 60 (*sessenta*) dias, da data da substituição do equipamento defeituoso.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes nos ITENS 4.7 a 4.8 e 6.4 a 6.23 do Termo de Referência TRF2-TER-2023/00305 – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo:

6.1.1 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

6.1.1.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do



Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

6.1.2 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09, de 06/12/2005.

6.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

6.1.3 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

6.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) empregado(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

6.1.4 - O prazo para apresentação das certidões mencionadas nos subitens 6.1.2.1 e 6.1.3.1 é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

6.1.5 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

6.1.5.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.



6.1.6 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

6.1.7 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

6.2 – São obrigações do Contratante as elencadas a seguir:

6.2.1 - Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

6.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada ou por seu preposto.

6.2.3 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.

6.2.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados.

6.2.5 - Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.

6.2.6 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Contrato, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1 – O recebimento do objeto deste Contrato está discriminado detalhadamente no ITEM 14 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

8.1 - DO PREÇO:

8.1.1 - As Planilhas de Custos e Formação de Preços, fornecidas pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integram este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Décima Segunda.

8.1.2 – Planilha Totalizadora (Mão de Obra e Equipamentos de Reposição):



A) MÃO DE OBRA / SALÁRIO				
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)	
			UNITÁRIO MENSAL	TOTAL ANUAL
1	OPERADOR DE VÍDEO	01		
2	TÉCNICO DE SOM	01		
3	OPERADOR DE LUZ	01		
VALOR TOTAL ANUAL – MÃO DE OBRA				
B) EQUIPAMENTOS DE REPOSIÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO		TOTAL ANUAL (R\$)	
1	EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO			
2	EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO			
3	EQUIPAMENTOS DE VÍDEO			
VALOR TOTAL ANUAL – EQUIPAMENTOS				
VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO (A + B)				

8.1.3 - O valor anual estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

8.1.4 - Os valores referentes às horas extras não integram a planilha totalizadora do preço da mão de obra.

8.1.5 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licença, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

8.2 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE:

8.2.1 - É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

8.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

a) Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;



a.2) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

b.1) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

c) Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 01 (um) ano previsto na alínea “b”.

e) Quando o interregno mínimo de 01 (um) ano previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

8.2.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada, e acompanhados de:

8.2.2.1 – no caso das repactuações:

a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

8.2.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.



8.2.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

8.2.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

8.2.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

8.2.5.1 – no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme estabelecido no Contrato;

8.2.5.2 - no caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

8.2.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 01 (um) ano a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

8.2.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

8.2.8 - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no subitem 8.2.2.1.

8.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.3.1 - O pagamento e a liquidação da despesa serão realizados conforme ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo

8.4 – DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

8.4.1 - Será destacado do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

8.4.1.1 - Férias;

8.4.1.2 - 1/3 constitucional;

8.4.1.3 - 13º Salário;

8.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

8.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

8.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:



Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/18-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.1 da IN 05/2017 - MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.:

(*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ nº 169/2013.

8.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 8.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.4 - Os depósitos devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

8.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e de Termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

8.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária,



até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

8.4.9 - A Contratada poderá:

8.4.9.1 - solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 8.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (*um*) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria, com a comprovação de depósito em conta corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.9.2 – movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016-CJF, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:



- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT, homologado, se exigível) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.9.3 - Nas hipóteses no subitem 8.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

- a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

8.4.10 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no subitem 8.4.9, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram destacadas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

8.4.11 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 8.4.1.

8.4.12 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 8.4.9.1, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas destacadas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

8.4.13 - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013, de 24/10/2013, e 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme ITEM 10 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9.1.1 – Nota de Empenho: _____.



9.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios subsequentes, as despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionadas à aprovação das mesmas.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:

10.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 21 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO:

11.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

11.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

11.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

12.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 055/2023, e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII;
- b) Proposta datada de __/__/2023, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2023/_____).

12.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

13.2 - Competem à fiscalização as atribuições elencadas a seguir:



13.2.1 – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

13.2.2 – Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

13.2.3 – Solicitar auxílio aos setores competentes do Contratante, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

13.2.4 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

13.2.5 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

13.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

13.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (*quinze*) dias, conforme solicitação:

13.4.1 – Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

13.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

13.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

13.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

13.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

13.5 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

13.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) Até 01 (*um*) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
- b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;
- c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

13.5.2 - Até 15 (*quinze*) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em



cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

13.5.3 - Até 10 (*dez*) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, se exigível;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (*sete*) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;
- f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

13.6 – Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

13.6.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

13.6.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

14.1 - O prazo de vigência é de 01 (*um*) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 - As condições necessárias à prorrogação mencionada no item anterior encontram-se detalhadamente discriminadas nos Itens 14.6 a 14.6.7 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.



15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

15.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de **R\$ _____** (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor inicial ou anual deste Contrato.

15.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada ao Contratante no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 - A prestação da garantia contratual encontra-se detalhadamente discriminada nos ITENS 13.7 a 13.7.9 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

16.1 – O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, que estão dispostas no ITEM 11 do Termo de Referência TRF2-TER-2023/00305 – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

18.1 - A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

18.2 – DOS AGENTES DE TRATAMENTO:

18.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual

18.3 – DAS OBRIGAÇÕES:

18.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que coube



18.3.2 – Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

18.3.3 – As partes garantem que:

- a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).
- c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei 13.709/2018.
- d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

18.3.4 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A CONTRATADA responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

18.3.5 - A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

18.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

18.3.7 - A CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao CONTRATANTE, em até 24 (*vinte e quatro*) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

- a) A CONTRATADA poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.



18.3.8 - Em caso de subcontratação, a CONTRATADA garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. A CONTRATADA assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

18.4 – DA RESPONSABILIDADE:

18.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

18.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

18.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

18.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

18.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

18.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

19.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

19.2 - No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

19.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato

19.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

19.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.



20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA : DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor-Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

